

(Do Sr. Afonso Motta)

o uso de celular na condução de veículo automotor".

O Congresso Nacional decreta:

“Art. 1º. A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescida do seguinte:

“Art. 165-B. Dirigir o veículo utilizando telefone celular ou qualquer aparelho, eletrônico ou não, que possa interferir na capacidade de atenção do condutor:

Infração: gravíssima

Penalidade: multa (cinco vezes) e suspensão do direito de dirigir por 12 (doze) meses.

§1º aplica-se em dobro a multa prevista no caput em caso de reincidência no período de até 12 (doze) meses.

§2º aplica-se a penalidade de frequência obrigatória em curso de reciclagem, quando houver reincidência na infração do presente artigo.

"Art. 291.....

§ 10 .....

IV – fazendo uso de aparelho celular ou similar.” (NR)

Art.302.....§1º.....

VI estiver fazendo uso de aparelho celular ou similar.” (NR)

Art. 2º. Esta lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Trata-se de projeto de lei que visa sanar um dos maiores problemas de trânsito enfrentado no mundo: o uso de aparelhos celulares e congêneres na direção de veículos.

**Álcool, celular ao volante e direção em alta velocidade** são as três principais causas de morte em acidentes de trânsito no Brasil. Essa informação nos faz refletir se a legislação referente à proibição do uso de celular ao volante está compatível com os danos que este ato vem causando.

Uma pesquisa feita pelo Departamento de Medicina e Saúde da Universidade de Toronto, no Canadá, revela que enviar mensagens de texto ao volante é quatro vezes mais perigoso do que dirigir embriagado. E continua<sup>1</sup>:

*“No mundo todo, 1,3 milhão de pessoas perdem a vida a cada ano em acidentes de trânsito e, se nada for feito, o número chegará a dois milhões em 2020. Enquanto, por muito tempo, a combinação de álcool e volante foi o foco do problema, a constatação agora é de que, em alguns países, mandar mensagens de texto pelo aparelho ao dirigir já é a maior causa de acidentes. Na Inglaterra, desde 2007 falar ao telefone celular enquanto dirige pode dar cadeia.”*

Dados do National Highway Traffic Safety Administration (NHTSA) apontam que nos acidentes, pelo uso do celular, os motoristas passaram 4 a 6 segundos, em média, olhando para o aparelho, sem olhar para a via. Pode parecer pouco, mas a distância percorrida de carro a 80 km/h, por exemplo, corresponde à extensão de um campo de futebol<sup>2</sup>.

Também de acordo com o NHTSA o celular aumenta em 400% a chance de sofrer um acidente e já é **a terceira causa de morte no trânsito**, só perde para embriaguez e excesso de velocidade.

---

<sup>1</sup> <https://www.hojeemdia.com.br/acervo/2.702/telefone-celular-%C3%A9-pior-do-que-%C3%A1lcool-ao-volante-diz-pesquisa-1.151346>

<sup>2</sup> (<http://g1.globo.com/carros/noticia/2015/03/estudo-filma-distracao-de-jovens-motoristas-antes-de-acidentes.html>)

Atualmente quem for pego por um agente usando o celular enquanto dirige recebe multa de **R\$293,47** reais e multa gravíssima, acarretando 7 pontos na carteira. Além disso, pode-se aplicar a multa em dobro se o condutor não estiver com as duas mãos no volante. Isto é, infração média: soma-se mais 5 pontos na CNH e **R\$ 130,16** para pagar.

Contudo e mesmo após o agravamento das penalidades, as infrações pelo uso do celular aumentaram em 24% de janeiro a março deste ano em relação ao mesmo período do ano passado. Ao todo, foram **372,3 mil multas em somente 3 meses**<sup>3</sup>.

Diante de todas as informações e de índices tão preocupantes, o Governo Federal vem se limitando a eventuais campanhas educativas, como as que ocorrem durante a semana do trânsito, onde são abordados muitos outros temas relacionados ao trânsito, sendo necessário, cada dia mais, destacar o perigo que representa o uso de celular ao volante.

Portanto, não há dúvidas de que a legislação atual e as penalidades aplicadas são insuficientes para convencer a população da gravidade da situação. A dificuldade de fiscalização aliada à atual impossibilidade de se fazer prova do uso de aparelhos eletrônicos justifica o endurecimento legal com relação a esta matéria.

Jochen Haug, diretor de sinistros da Allianz Alemanha, considera o uso do celular ao volante tão nocivo quanto o álcool e defende que a sociedade precisa tomar uma atitude diante dessa realidade. Afinal, até os anos 70, era aceitável um motorista beber e dirigir, mas depois de muitas mortes em consequência do álcool as velocidades nas rodovias foram controladas e estabeleceu-se um nível máximo de álcool no sangue. Disse ainda<sup>4</sup>:

*“O comportamento em relação à bebida alcoólica mudou. Não é mais socialmente aceitável beber e dirigir. Nós precisamos adotar a mesma atitude em relação ao uso do celular no volante”, disse o especialista, concluindo: “Nosso estudo é claro, o motorista que usa o celular enquanto dirige coloca vidas em risco”.*

---

<sup>3</sup> <https://revistaautoesporte.globo.com/Noticias/noticia/2019/06/homens-jovens-de-classe-alta-e-escolarizados-sao-os-que-mais-abusam-de-alcool-e-celular-ao-volante.html>

<sup>4</sup> <http://www.automotivebusiness.com.br/artigo/1640/distracao-com-tecnologia-ja-mata-mais-do-que-embriaguez-ao-volante---na-alemanha>

Demonstrada a gravidade da situação, propomos a criação de um artigo próprio no capítulo XV do Código de Trânsito Brasileiro (Das Infrações de Trânsito), dedicado a descrever a conduta de dirigir fazendo uso de aparelho de telefone celular ou similares, bem como, adequar o tipo de infração e as penalidades aos efeitos sofridos pela sociedade em decorrência deste comportamento.

A infração cometida pelo condutor que utilizar o telefone celular enquanto dirige será a GRAVÍSSIMA. Na escala de categorização das infrações utilizada pelo Código de Trânsito Brasileiro, as infrações gravíssimas são as consideradas mais perigosas e que têm maiores possibilidades de causar danos e riscos à sua segurança e à segurança das pessoas que fazem parte dele, tanto condutores como pedestres.

Já a pontuação equivalente e que deve ser inscrita na CNH do condutor é de 7 pontos e sinônimo de perda da PPD (Permissão Para Dirigir) para os iniciantes. Destacamos, ainda, as seguintes informações sobre as infrações gravíssimas<sup>5</sup>:

*“As infrações gravíssimas têm dois aspectos em suas penalidades que as diferenciam ainda mais dos outros tipos de infração, que são **o fator multiplicador e o caráter suspensivo que algumas delas possuem.***

*O fator multiplicador é o fato de que o valor da multa imposta pela infração será multiplicado por 3, 5 ou 10, dependendo de sua natureza. **A definição desse fator se deu de acordo com o risco e o dano que a infração poderia significar para o trânsito.** Os valores multiplicados se transformam em: x3 – R\$ 880,41; x5 – R\$ 1.467,35; x10 – R\$ 2.934,70.*

*As infrações suspensivas somam quase 20 no quadro das infrações gravíssimas. Se o condutor realiza uma dessas transgressões, provavelmente será réu de um processo administrativo de suspensão da CNH, independentemente do número de pontos que o condutor tiver na carteira.*

*Sobre esses aspectos, é importante fazer duas observações: **1. O fator multiplicador só vai alterar o valor da multa; 2. O número de pontos aplicados pela infração permanecerá o mesmo (7 pontos).**” (grifos nossos)*

Em outro ponto, alteramos o §1º do art. 291 do CTB com a inclusão do inciso IV.

---

<sup>5</sup> <https://doutormultas.jusbrasil.com.br/artigos/493672254/tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre-infracoes-gravissimas>

O § 1º prevê a aplicação do instituto da composição dos danos civis, da aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas e da dependência de representação para a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas, **EXCETO SE O AGENTE ESTIVER:**

*“Art. 291. Aos crimes cometidos na direção de veículos automotores, previstos neste Código, aplicam-se as normas gerais do Código Penal e do Código de Processo Penal, se este Capítulo não dispuser de modo diverso, bem como a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no que couber.*

*I- sob a influência de álcool ou qualquer outra substância psicoativa que determine dependência;*

*II - participando, em via pública, de corrida, disputa ou competição automobilística, de exibição ou demonstração de perícia em manobra de veículo automotor, não autorizada pela autoridade competente;*

*III - transitando em velocidade superior à máxima permitida para a via em 50 km/h (cinquenta quilômetros por hora).*

**IV - fazendo uso de aparelho celular ou similar.” (NR)**

Por último, incluímos o inciso VI ao art. 302 do CTB (Dos Crimes em Espécie), para que, em caso de homicídio culposo praticado na direção de veículo, a pena seja aumentada de 1/3 até a metade se o condutor estiver fazendo uso de aparelho celular ou similar, vejamos:

*“Art. 302 Praticar homicídio culposo na direção de veículo automotor:*

*Penas - detenção, de dois a quatro anos, e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.*

**§ 1º.** *No homicídio culposo cometido na direção de veículo automotor, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) à metade, se o agente:*

*I - não possuir Permissão para Dirigir ou Carteira de Habilitação;*

*II - praticá-lo em faixa de pedestres ou na calçada;*

*III - deixar de prestar socorro, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à vítima do acidente;*

*IV - no exercício de sua profissão ou atividade, estiver conduzindo veículo de transporte de passageiros.*

*V – revogado.*

**VI - VI estiver fazendo uso de aparelho celular ou similar.” (NR)**

Com estas alterações, a prática de uso do celular ao volante será coibida com as medidas necessárias até que o Estado consiga, através da educação para o trânsito,

atingir níveis satisfatórios de conscientização e de redução de acidentes e mortes pelo uso indiscriminado desta prática.

Certo do compromisso de todos os Deputados em contribuir com a segurança no trânsito e a preservação da vida, submeto esta proposição aos demais colegas desta Casa Legislativa, esperando contar com o apoio necessário para sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de            de 2019.

---

AFONSO MOTTA

Deputado Federal - PDT/RS